



ALEXANDRE GARCIA

A OBRIGATORIEDADE DE UM PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE COMPARECER PESSOALMENTE DIANTE DE UM DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL, NA ÚLTIMA SEXTA-FEIRA, PODE SER INCLUÍDA EM UM CONJUNTO DE PROVOCAÇÕES

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Justiça e eleição

Ontem reabriu o Judiciário, neste ano eleitoral. O “reabriu” é relativo, porque o voluntarismo de alguns ministros os fez receber, mesmo nas férias, os costumeiros pedidos de pequenos partidos para incomodar o governo. O presidente Fux, na posse, um ano e meio atrás, havia se queixado de que o Supremo tem sido usado em ações políticas, que deveriam ser resolvidas nos plenários próprios, do Legislativo. E pediu que isso fosse evitado. Mas, desta vez, não tocou no assunto em que foi vencido. Falou, sim, do império da lei, da higidez da

Constituição e da liberdade de imprensa e que não há espaço para ações contra a democracia. Será que estava de novo alertando o próprio tribunal?

E, entre as primeiras pautas do Supremo, estão as federações de partidos, inventadas porque as coligações foram proibidas, e é preciso saltar por cima da cláusula de barreira que pega os nanicos; outro tema será a data de início para contar a inelegibilidade de oito anos da Lei da Ficha Limpa, outra hipocrisia igual à primeira, porque o próprio Supremo já lavou a ficha de condenado em três instân-

cias que é hoje candidato, e não devemos esquecer que foi um presidente do Supremo que presidiu o julgamento no Senado que ad hoc afastou da Constituição a inelegibilidade por oito anos da presidente condenada.

Se isso acontece em relação a um lado da principal disputa eleitoral, o contrário acontece em relação ao outro lado. São evidentes as ações para fustigar o candidato à reeleição. A obrigatoriedade de um presidente da República de comparecer pessoalmente diante de um delegado da Polícia Federal, na última sexta-feira, pode ser

incluída em um conjunto de provocações. O tal “vazamento” do inquérito dos hackers no TSE se refere a documentos distribuídos aos deputados pelo relator da Comissão Especial da PEC do Voto Impessoal, deputado Filipe Barros. A comissão aprovou a requisição à Polícia Federal e recebeu os inquéritos de invasão de computadores do TSE. Não havia sigilo sobre os documentos. O delegado federal que trabalhou no caso confirmou, em depoimento, que não havia sigilo no inquérito. Quando Bolsonaro se manifestou sobre a violação

do sistema do tribunal, aí apareceu a versão do sigilo desrespeitado, corroborada pela delegada escolhida por Alexandre de Moraes para tocar o caso.

O assunto, de 2018, estava dormindo, mas a insistência do ministro Moraes despertou novamente a polêmica. O ministro Barroso foi a Portugal ver a eleição de domingo e postou, entusiasmado, que foi um show de organização e que ninguém questionou o resultado. O voto, lá, é de papel e posto na urna pelo eleitor. O mais difícil para alguns do TSE será deixar cristalina a isenção requerida para ser

juiz. A ministra Cármen Lúcia recém participou de reunião política em São Paulo. Há poucos meses, oito do Supremo decidiram que o condenado duas vezes em três instâncias é elegível — e é o principal adversário do candidato à reeleição, que tem sido hostilizado por juízes do mesmo tribunal, que integram o TSE. Tais juízes vão ter que fazer esforço para ganhar confiança do dono da eleição, que é o eleitor, que, certamente, tem acompanhado toda a movimentação dos que vão apurar o voto que é origem do poder.

PODER

Bolsonarista vira corregedor do Fisco

O ministro da Economia, Paulo Guedes, nomeia simpatizante do presidente para cargo de relevância na Receita Federal

» RAPHAEL FELICE

Apoiador do presidente Jair Bolsonaro, o auditor João José Tafner foi nomeado corregedor da Receita Federal. A publicação saiu, ontem, no *Diário Oficial da União*, assinada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele assumirá uma área de interesse do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Tafner participou de campanhas bolsonaristas em 2018 e, em imagens nas redes sociais, ele aparece com a camisa da Seleção Brasileira — que virou uma espécie de uniforme dos apoiadores do presidente — ao lado de Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e do candidato a deputado estadual pelo PSL Marcus Dantas. A proximidade do novo corregedor com o clã Bolsonaro é alvo de preocupação dentro da Receita.

Servidor público federal há quase 20 anos, Tafner assumiu, no ano passado, a direção administrativa-financeira da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), empresa vinculada ao Ministério da Economia.

Apesar do longo tempo como servidor da Receita, a nomeação de Tafner causou estranheza porque ele não tem experiência no sistema de correição ou com investigações, pois fez carreira no setor aduaneiro — fiscalização, controle e tributação das operações de comércio exterior no Brasil. Tampouco ocupou cargos de liderança no Fisco.

A preocupação na Receita ocorre porque Flávio Bolsonaro já entrou com representações contra membros da Corregedoria, alegando irregularidades na atuação dos auditores do Rio de Janeiro no caso das

Instagram/Reprodução



O auditor João José Tafner com a camisa da Seleção Brasileira, ao lado de Eduardo Bolsonaro e Marcus Dantas

rachadinhas, de que ele é alvo. O filho 01 do presidente e seus advogados chegaram a se reunir com o secretário da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, para apresentar suas suspeitas, mas o Ministério da Economia concluiu que não houve infração e arquivou o caso.

Como o papel primário das corregedorias é basicamente de fiscalização interna para prevenir e apurar irregularidades praticadas por agentes

Plano B

Apesar de ser simpatizante do governo, o auditor João José Tafner não foi a primeira escolha do clã Bolsonaro para o cargo. Segundo fontes, o presidente Bolsonaro chegou a convidar Dagoberto Lemos para o cargo, o que levou a reação dentro da Receita. O então secretário José Tostes tinha escolhido, com apoio do ministro Paulo Guedes, Guilherme Bibiani.

públicos na esfera administrativa, há temor de que Tafner possa ser um instrumento de interferência política para

atender interesses da família Bolsonaro dentro do órgão.

A corregedoria da Receita Federal estava sem comando

desde julho do ano passado, quando terminou o mandato de José Pereira de Barros Neto. Em 2021, o ministro Paulo Guedes tinha planos de indicar o auditor **Guilherme Bibiani** para o posto.

Em pouco mais de um mês, essa é a segunda alteração que Guedes faz na Receita Federal. Em dezembro, o titular da Economia demitiu José Barroso Tostes, que era assessor especial do órgão.

» Sessões do Carf são suspensas

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) suspendeu sessões de julgamento que estavam previstas para a semana que vem por falta de quórum, em razão do movimento paredista da Receita Federal. De acordo com portaria assinada, ontem, pela presidente do Carf, Adriana Gomes Rêgo, ficam suspensos os julgamentos previstos para ocorrer nas turmas da 2ª Seção, a 1ª Turma Extraordinária da 1ª Seção e a 2ª Turma Extraordinária da 1ª Seção, todas previstas para ocorrer entre 7 e 11 de fevereiro. O Carf ainda não conseguiu se reunir em 2022 por falta de quórum e seu estoque já atinge quase R\$ 1 trilhão em créditos tributários pendentes de julgamento.

» YouTube tira do ar canal do TCU

O canal do YouTube do Tribunal de Contas da União (TCU) foi retirado do ar ontem. A informação foi divulgada no Twitter pelo vice-presidente da Corte, ministro Bruno Dantas. De acordo com ele, o episódio é “grave, súbito e ainda sem explicação”. Por conta da retirada do canal do ar, a Corte cancelou as sessões da 1ª e da 2ª Câmara, que estavam previstas para ontem. Ainda não há garantia para a ocorrência da sessão plenária, que seria realizada hoje. “Providências estão sendo estudadas”, disse Bruno Dantas.

Israel: “Governo criou problema para si mesmo”

» MARIA EDUARDA ANGELI*

O Congresso retoma as atividades, hoje, em modelo híbrido, e vai se debruçar sobre temas importantes neste ano, a começar pela pressão que o Parlamento sofrerá de servidores federais por reajuste salarial. O presidente Jair Bolsonaro acena para aumentar os vencimentos apenas de integrantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), o que deflagrou uma crise entre o funcionalismo e o Executivo.

“É incorreto quando um governo faz proposta de reajuste, de correção de perda do poder de compra, para apenas uma categoria e com vistas à manutenção de apoio eleitoral”, criticou o deputado Professor Israel

Batista (PV-DF), líder da bancada da educação, em entrevista ao programa *CB.Poder*, parceria entre o *Correio* e a TV Brasília. Ele enfatizou que o Executivo “criou um problema para si mesmo” com a decisão de beneficiar apenas as categorias de segurança — há R\$ 1,7 bilhão reservados no Orçamento deste ano para o aumento.

No programa, o deputado também comentou sobre a criação de federações partidárias, pelas quais as legendas que se unirem têm de atuar como se fossem uma só sigla por, no mínimo, quatro anos. Para o parlamentar, a ação conjunta “naturalmente traz uma complicação imensa, porque os partidos no Brasil têm um caráter muito estadual”. “Os partidos vão ter de

se entender. Se as direções nacionais das legendas decidirem por uma aliança, isso vai obrigar os estados a também se aliarem. Se o partido nacional decidir romper com outro grupo, os estados também vão ter de romper. E imagine que, no meio disso tudo, nós vamos ter uma eleição municipal, que vai ter de respeitar as alianças que estão sendo feitas agora”, alertou.

Professor Israel Batista também lembrou que “este é um ano de rearranjo das forças políticas, que vai ser muito forte” e que as siglas devem ser mais coerentes a partir de agora, acertando as ideias do nacional com as do interior.

Sobre a corrida pela Presidência da República, o parlamentar disse acreditar que a polarização

entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) — líder de pesquisas de intenção de voto — e o presidente Jair Bolsonaro (PL) se manterá até o fim. Ele classifica a terceira via como “um bolsonarismo ilustrado ou de sapatênis”. “Para mim, terceira via é quem consegue trazer para a população uma alternativa real”, sustentou.

Segundo avaliou, a população brasileira tem visto nos gestos de Lula uma capacidade de articulação e de “gerar as forças necessárias para tirar o país desta paralisia”. O deputado ainda afirmou que o bolsonarismo “é erupção de pus numa infecção que estava profundamente enraizada no Brasil”.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

ED ALVES/CB/D.A.Press



Professor Israel Batista disse não acreditar na terceira via